



Relatório Anual da Administração

Aos acionistas: A Administração da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - "ETEP", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2015, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. A companhia afere a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

	2015	2014
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	100,00%	99,89%
A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado. Pesquisa e desenvolvimento - P&D: Em 2015 a ETEP realizou os projetos: 1. Desenvolvimento de software para otimização de traçado de linhas de transmissão por meio de análise de riscos ambientais e avaliação geotécnica aproximada, 2. Sistema digital de medição de correntes de bancas capacitores série e transmissão de dados adquiridos através de dispositivo sem fio - desenvolvimento		

Balancos Patrimoniais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes					
de caixa	5	25.268	4.211	28.895	10.945
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1.209	2.362
Contas a receber					
ativo financeiro	7	98.762	93.471	112.055	106.707
Impostos a recuperar	8	1.598	1.462	1.868	1.703
Dividendos a receber		2.668	4.154	-	-
Outros ativos		2.467	2.953	2.559	9.555
		<u>130.763</u>	<u>106.251</u>	<u>146.586</u>	<u>131.272</u>
Não circulante					
Contas a receber					
ativo financeiro	7	92.138	111.193	177.703	191.331
Outros ativos		2.049	2.079	2.095	2.160
Investimentos	9	65.888	61.789	-	-
Imobilizado		68	84	94	110
Intangíveis		522	648	569	706
		<u>160.665</u>	<u>175.973</u>	<u>180.461</u>	<u>194.307</u>
		<u>291.428</u>	<u>282.044</u>	<u>327.047</u>	<u>325.579</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Passivo					
Circulante					
Emprestimos, financiamentos e debêntures					
Fornecedores	10	22.799	17.690	26.034	20.918
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	12.929	1.689	13.123	1.897
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		7.892	-	7.892	-
Encargos regulatórios	11	3.713	3.243	4.418	3.754
Outros passivos		4.611	523	5.129	703
		<u>52.523</u>	<u>23.611</u>	<u>59.400</u>	<u>35.387</u>
Não circulante					
Emprestimos, financiamentos e debêntures	10	60.787	82.087	86.196	110.592
Adiantamento de clientes		3.498	4.553	3.818	4.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	20.106	14.617	23.119	17.454
		<u>84.391</u>	<u>101.257</u>	<u>113.133</u>	<u>133.016</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	15	105.252	105.252	105.252	105.252
Reservas de lucro	15	42.614	42.049	33.386	42.049
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	15	6.648	9.875	15.876	9.875
Total do patrimônio líquido		<u>154.514</u>	<u>157.176</u>	<u>154.514</u>	<u>157.176</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>291.428</u>	<u>282.044</u>	<u>327.047</u>	<u>325.579</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Reservas de lucros		Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal			
Saldo em 31 de dezembro de 2013		105.138	16.725	62.407	-	189.330
Aumento de capital		114	-	-	-	114
Lucro líquido do exercício		-	-	-	75.219	75.219
Dividendos adicionais aprovados		-	-	(62.407)	(5.060)	(67.467)
Destinação proposta à AGO		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	3.760	-	-	(3.760)
Dividendos intermediários		-	-	-	-	(40.020)
Juros sobre capital próprio declarados		-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	9.875	(9.875)
Reserva de lucros		-	-	-	-	(21.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		105.252	20.485	21.564	9.875	157.176
Lucro líquido do exercício		-	-	-	37.465	37.465
Dividendos declarados		-	-	-	-	(9.875)
Destinação proposta à AGO		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	565	-	-	(565)
Dividendos intermediários		-	-	-	-	(20.967)
Juros sobre capital próprio declarados		-	-	-	-	(9.285)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(6.648)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	15	105.252	21.050	21.564	6.648	154.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "ETEP") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala B - Vila Olímpia - São Paulo - SP. A Companhia possui o direito de operação, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Número	Ano (prazo)	Vigência (RAP)	Índice de correção
ETEP	100%	043/2001	30	2031	86,907
ESDE	100%	025/2009	30	2039	11,542

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções da ANEEL e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.918/2015. A RAP da ESDE, de acordo com o Contrato de Concessão da ETEP, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. O Contrato de Concessão da ESDE dispõe de RAP linear durante todo o prazo da concessão. Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa "Contas a receber ativos financeiros".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis, foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 04 de março de 2016. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo identificadas como "Consolidado". As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo identificadas como "Controladora" ou "Individuais". As práticas contábeis adotadas no Brasil seguem as Normas Internacionais de Contabilidade e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Critérios de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício da empresa controlada. A seguinte controlada está sendo incluída na demonstração contábil consolidada:

Razão Social	% de participação
ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	100%
ETEP - Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	100%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma unificada aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto as Contas a receber do ativo financeiro estão classificadas como "emprestimos e recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **3.2. Contratos de concessão:** De acordo com o CPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma liquidação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia e de sua controlada são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como outros passivos financeiros. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo

3.6. Provisões:

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.6.1. Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente. **3.7. Tributação:** **3.7.1. Impostos sobre a receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%. **3.7.2. Imposto de renda e contribuição social:** • Correntes: O imposto de renda e a Contribuição social da ETEP são calculados pelo regime de lucro real e da controlada ESDE é optante pelo regime do lucro presumido. • Diferidos: o imposto diferido é gerado por diferenças temporárias no balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.8. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.9. Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e pela sua controlada. A ETEP e sua controlada reconhecem as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICP 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma: **3.9.1. Receita de implantação de infraestrutura:** A ETEP e a sua controlada abrangidas pelo escopo do ICP 01 (IFRIC 12), registram a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e o CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de sua controlada avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Conseqüentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase. **3.9.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. **3.9.3. Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. **3.9.4. Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.10. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferências totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. IFRS 9 (Instrumentos financeiros) e IFRS 15 (Receita de contratos com clientes). Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia - IFRS 14 - Ativos e passivos regulatórios; - Alterações do CPC 19/IFRS 11 - Contabilização de aquisições em operações em conjunto; - CPC 27/IAS 16 e CPC 04/IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização; - Alterações do CPC 26/IFRS 10 e CPC 18/IAS 28 - Transferência ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto; - Melhorias auxiliares das IFRS 2012-2014; - Alterações do CPC 36/IFRS 10, CPC 45/IFRS 12 e CPC 18/IAS 28 - Entidades de investimento: exceção de consolidação. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e Bancos	65	4.139	86	4.194
Aplicações financeiras	25.203	72	28.809	6.751
	<u>25.268</u>	<u>4.211</u>	<u>28.895</u>	<u>10.945</u>

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2015, (100% do CDI em 31 de dezembro de 2014). Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de investimento em renda fixa. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial é igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 a controlada ESDE manteve o saldo de R\$ 1.209 (R\$ 2.362 em 31 de dezembro de 2014) referente à conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

7. CONTAS A RECEBER ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ETEP e ESDE é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2015:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	Controladora	Consolidado
Receita de operação e manutenção	8.844	9.958
Receita de remuneração dos ativos da concessão	64.809	79.015
Receita de implantação de infraestrutura	407	6.891
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(77.282)	(92.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	203.658	297.032
Receita de operação e manutenção	8.983	12.360
Receita de remuneração dos ativos da concessão	63.321	77.699
(-) Parcela Variável	-	(210)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(85.062)	(97.123)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	190.900	289.758
Contas a receber ativo financeiro - circulante	98.762	112.055
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	92.138	177.703
Total circulante e não circulante	190.900	289.758

As contas a receber ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Em suas contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

Saldo em 31 de dezembro de 2013	Controladora	Consolidado
Receita de operação e manutenção	8.844	9.958
Receita de remuneração dos ativos da concessão	64.809	79.015
Receita de implantação de infraestrutura	407	6.891
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(77.282)	(92.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	203.658	297.032
Receita de operação e manutenção	8.983	12.360
Receita de remuneração dos ativos da concessão	63.321	77.699
(-) Parcela Variável	-	(210)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(85.062)	(97.123)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	190.900	289.758
Contas a receber ativo financeiro - circulante	98.762	112.055
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	92.138	177.703
Total circulante e não circulante	190.900	289.758

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e Bancos	65	4.139	86	4.194
Aplicações financeiras	25.203	72	28.809	6.751
	<u>25.268</u>	<u>4.211</u>	<u>28.895</u>	<u>10.945</u>

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2015, (100% do CDI em 31 de dezembro de 2014). Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de investimento em renda fixa. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial é igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 a controlada ESDE manteve o saldo de R\$ 1.209 (R\$ 2.362 em 31 de dezembro de 2014) referente à conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

7. CONTAS A RECEBER ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ETEP e ESDE é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2015:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	Controladora	Consolidado
Receita de operação e manutenção	8.844	9.958
Receita de remuneração dos ativos da concessão	64.809	79.015
Receita de implantação de infraestrutura	407	6.891
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(77.282)	(92.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	203.658	297.032
Receita de operação e manutenção	8.983	12.360
Receita de remuneração dos ativos da concessão	63.321	77.699
(-) Parcela Variável	-	(210)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(85.062)	(97.123)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	190.900	289.758
Contas a receber ativo financeiro - circulante	98.762	112.055
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	92.138	177.703
Total circulante e não circulante	190.900	289.758

As contas a receber ativos financeiros incluem os valores a receber decorrent

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora
	31/12/2015
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social com reversão de JCP	56.420
Juros sobre capital próprio	(9.285)
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	47.136
Alíquota fiscal combinada	34%
	16.026
(+) Adição de "AVP" - IN 1515	23.358
(-) Exclusão de "AVP" - IN 1515	(21.529)
(+/-) Adição/exclusão do artigo 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(343)
Equivalência patrimonial	(3.819)
Despesas e provisões indedutíveis	204
Outras	(24)
	13.873
Constituição de passivo tributário diferido	10.798
Lei Rouanet	(407)
(+/-) Adição/exclusão do artigo 69 inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(5.310)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	18.954
Taxa efetiva	33,6%

Em 2014 a Companhia era optante regime de tributação do lucro presumido. Os efeitos da Lei nº 12.973/14 foram registrados durante o exercício de 2015, uma vez que a Companhia optou por não adotar a lei de forma antecipada.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2015 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. a) **Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia e sua controlada para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber ativo financeiro e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber ativo financeiro como empréstimos e recebíveis e fornecedores como outros passivos financeiros. Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar): (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas

daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a controlada ESDE utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos; (ii) O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site eletrônico www.debtentures.com.br é próximo ao valor contábil. Estes instrumentos financeiros são classificados pela Companhia e sua controlada como outros passivos financeiros. b) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e da sua controlada podem ser assim identificados: (i) Risco de crédito - A Companhia e sua controlada mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 560 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e sua controlada mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; (ii) Risco de preço - A receita da Companhia ETEP é, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e a receita da sua controlada ESDE é nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA; (iii) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento e debêntures está vinculada à variação do CDI e TJLP; (iv) Risco de liquidez - A principal fonte de caixa da Companhia e da sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede

básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Administração da Companhia e da sua controlada não consideram relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. c) **Hierarquia do valor justo:** A Companhia e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a Companhia e sua controlada classificaram como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como Nível II o contas a receber - ativo financeiro.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia e sua controlada oferecem aos seus empregados, benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

21. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia e sua controlada mantêm contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 93.

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.** - São Paulo - SP - **Introdução:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude

Contador: Claudio Luiz Pinto de Barros - CRC 1SP195071/O-4

ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo

naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas:** Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 04 de março de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2